

# Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quarta-feira, 3 de abril de 2024 • Nº 1775 • R\$ 1,00  
www.diariooacionista.com.br

## COMISSÃO DE ANISTIA

### Indígenas têm reparação por violações da ditadura

A Comissão de Anistia concedeu ontem, os primeiros pedidos de reparação coletiva da história do País. O colegiado analisou requerimentos apresentados pelos povos indígenas Krenak (do norte de Minas Gerais) e Guarani Kaiowá (do Mato Grosso do Sul), que acusaram o Estado brasileiro de cometer diversas violações de direitos humanos durante a ditadura militar. A decisão foi aprovada por unanimidade pela comissão, um órgão colegiado do governo federal vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos. A concessão de reparação coletiva foi possível graças a uma inovação regimental aprovada pela Comissão em março do ano passado. As indenizações por crimes e violações do Estado brasileiro no período ditatorial costumavam ser feitas apenas individualmente. A presidente da Comissão, Enea Stutz de Almeida, afirmou durante a sessão que especialistas destacaram o quão importante seria não individualizar a reparação dos indígenas. **PÁGINA 5**

## O BOM FILHO

### José Dirceu retorna ao Congresso 19 anos depois

O ex-deputado federal e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu voltou ao Congresso Nacional pela primeira vez após ser cassado em 2005. Condenado pelo escândalo do mensalão e pela Operação Lava Jato, Dirceu participou de uma cerimônia especial do Senado em memória dos 60 anos do golpe de 1964 e defesa da democracia ontem. No início do discurso no Senado, Dirceu declarou que quase não aceitou o convite feito pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), por se lembrar do dia em que perdeu o cargo, há 19 anos. No dia 1º de dezembro de 2005, ele teve o mandato cassado após ser apontado como o responsável por liderar o esquema de pagamento de propinas a parlamentares, o mensalão. O dinheiro ilegal era pago para que os congressistas apoiassem projetos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). **PÁGINA 5**

## BANCO CENTRAL

# Taxa de juros do cartão de crédito cai em fevereiro

Pelo segundo mês seguido, a taxa média de juros do cartão de crédito rotativo teve redução para as famílias, passando de 419,3% ao ano, em janeiro, para 412,5% ao ano em fevereiro deste ano. A queda é de 6,8 pontos percentuais no mês e de 7,9 pontos percentuais em 12 meses. Os dados estão nas Estatísticas Monetárias e de Crédito divulgadas ontem pelo Banco Central (BC). O crédito rotativo dura 30 dias

e é aquele tomado pelo consumidor quando paga menos que o valor integral da fatura do cartão. Ou seja, contrai um empréstimo e começa a pagar juros sobre o valor que não conseguiu quitar. A modalidade tem as taxas mais altas do mercado. Mas, em janeiro deste ano, entrou em vigor a lei que limita os juros do rotativo 100% do valor da dívida, e não de mais de 400% ao ano como é cobrado atualmente. **PÁGINA 2**

## MEDIDA PROVISÓRIA



PAULO PINTO ABRASIL/ABRASIL

# Após decisão de Pacheco, Haddad defende pacto entre Poderes

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (foto), pediu ontem um pacto entre os Poderes para encontrar opções que compensem a desoneração de R\$ 10 bilhões da folha de pagamento de pequenos municípios. Ele comentou a decisão do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, de deixar caducar o trecho da medida provisória editada em dezembro do ano passado que reduz de 20% para 8% a contribuição de pequenas prefeituras para a Previdência Social. "A arrumação das contas públicas exige um compromisso dos Três Poderes. Não vamos chegar aos nossos objetivos sem levar em consideração o descalabro que aconteceu (nas contas públicas) em 2022. **PÁGINA 3**

## MAIOR PROFUNDIDADE

# Lula inaugura obra de dragagem de canal que ampliará porto em Niterói



TANIA REGO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que um ano e três meses é "muito pouco tempo" para o cumprimento de promessas feitas em campanha na seara econômica. Mas afirmou que não esqueceu de uma só palavra dita em campanha e fez longa defesa de investimentos na indústria naval e pesqueira a fim de gerar emprego e renda. Lula discursou na tarde desta terça-feira, durante a inauguração das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, no Porto de Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. **PÁGINA 5**

## ISRAEL

# Netanyahu usa lei para expulsar Al Jazeera do país

O primeiro-ministro de Israel e ditador Binyamin Netanyahu prometeu na segunda-feira passada, acabar com as operações da emissora Al Jazeera em Israel, chamando o veículo de um "canal de terror" que espalha o incitamento, depois do parlamento ter aprovado uma lei abrindo caminho para o fechamento do jornal. "O canal terrorista Al Jazeera deixará de ser exibido em Israel. Tenho a intenção de atuar imediatamente em conformidade com a nova lei para colocar fim às atividades do canal", escreveu o premiê israelense na rede social X. A emissora condenou a alegação de incitação do ditador Netanyahu como uma "mentira perigosa e ridícula". **PÁGINA 6**

## INDICADORES

IBOVESPA: 0,44% / 127.548,52 / 558,07 / Volume: R\$ 21.510.471.585 / Negócios: 3.691.767						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo												
Majores Altas						Majores Baixas		Mais Negociadas		Fechamento		Ufir		IPCA		Compra: 5,4982		Venda: 5,6782						
LOJAS RENNERON NM	17,48	+3,80	+0,64	PETRORECSA ON NM	21,070	-9,02	-2,090	PETROBRAS PN N2	38,62	+2,58	+0,97	NASDAQ Composite	16,240,449	-0,95	(01/02)	11,25%	(01/02)	11,15%	Compra: 5,0476	-0,11%				
PETROBRAS ON N2	39,61	+2,72	+1,05	VAMOS ON NM	8,060	-2,66	-0,220	VALE ON NM	61,94	+1,18	+0,72	CAC 40	8,130,05	-0,92	Taxa Selic		DÓLAR Ptax - BC							
PETROBRAS PN N2	38,62	+2,58	+0,97	SID NACIONALON	15,33	-2,48	-0,39	B3 ON EJ NM	11,73	-0,34	-0,04	FTSE 100	7,935,09	-0,22	Poupança 3		DÓLAR comercial							
ENGE BRASILON NM	40,54	+2,76	+1,09	YDUQS PART ON NM	17,55	-2,39	-0,43	ITAUUNIBANCOPN EJ N1	33,48	+0,12	+0,04	DAX	18,283,13	-1,20	BM&F/grama		R\$ 374,35		Compra: 5,0576		Venda: 5,0582			
RUMO S.A. ON NM	22,52	+2,13	+0,47	AZUL PN N2	12,60	-2,85	-0,37	PETROBRAS ON N2	39,61	+2,72	+1,05	Ftse Mib	34,343,61	+0,00	EURO Comercial		Compra: 5,4461		Venda: 5,4467		Compra: 5,0813		Venda: 5,2613	





CRIME SEM CASTIGO

Riquinho do Porsche que matou trabalhador confessa que corria

O 'riquinho' Fernando Sastre de Andrade Filho, de 24 anos, afirmou que dirigia o Porsche "um pouco acima" do limite de velocidade da Avenida Salim Farah Maluf quando bateu na traseira de um Renault Sandero, causando a morte do motorista de aplicativo Ornaldo da Silva Viana, de 52 anos, na madrugada de domingo passado. O limite da via é de 50 km/h. Ele negou que estivesse sob efeito de drogas ou bebidas alcoólicas.

As afirmações do empresário constam no depoimento dado à Polícia Civil a que o Estadão teve acesso. Ele se apresentou na segunda-feira passada, na delegacia que investiga o caso, quase 40 horas após o acidente. A Justiça de São Paulo negou o pedido de prisão que havia sido feito pela Polícia Civil.

Andrade Filho não determinou qual sua velocidade. "Estava um pouco acima do limite permitido, porém, não chegava a ser muito acima também", afirmou, sem dar números.

A alta velocidade é o aspecto usado pelo delegado para tipificar o dolo eventual. O empresário foi indiciado por lesão corporal ao colega que estava no banco do carona, no carro de luxo e fuga do local do acidente, sem prestar socorro às vítimas.

Conforme relato feito por testemunhas à Polícia Civil, o empresário do carro de luxo se-

guia em alta velocidade pela avenida. Ao fazer a ultrapassagem, ele teria perdido o controle do Porsche e batido contra a traseira do Sandero branco. As circunstâncias do acidente estão sendo investigadas pela Polícia Civil.

Pelas imagens, é possível perceber a violência da colisão, que leva os dois carros para o canteiro da avenida. Um deles bate no poste de luz, o que provoca a queda imediata de energia elétrica no quarteirão.

MEU PAI

O motorista de aplicativo Ornaldo Viana foi velado e sepultado na tarde de segunda no Cemitério Bonsucesso, em Guarulhos, na Grande São Paulo. "Meu pai não merecia essa crueldade", diz o filho da vítima, Lucas Moraes, 28 anos, que tem a mesma ocupação do pai.

Viana nasceu em Codó, no Maranhão, e morava atualmente em Guarulhos. Pai de três filhos, o motorista era evangélico da IURD (Igreja Universal do Reino de Deus). Era do tipo brincalhão, extrovertido, riso fácil, de acordo com os amigos.

A dor da perda dá espaço à indignação. "Porque não fizeram o bafômetro? Por que liberaram ele (o motorista do Porsche)? Não entendo muito de lei, mas não podem liberar ninguém depois de um acidente daquele", disse Lucas.

ELEIÇÃO SUPLEMENTAR

Eleitores de Anarlândia votam em novo prefeito no domingo

O eleitorado de Anarlândia, município localizado na região de São Carlos, interior paulista, vai às urnas no próximo domingo para escolher um novo prefeito ou prefeita. A eleição foi marcada porque o prefeito e o vice eleitos em 2020 foram cassados por dificultarem o exercício do voto de parte da população, segundo decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O Código Eleitoral determina a realização de eleições suplementares quando o candidato eleito em pleito majoritário perde o mandato por decisão da Justiça Eleitoral (artigo 224, § 3º) e ainda restam mais de seis meses de mandato.

Quatro chapas de prefeito e vice disputam o pleito: Leandro Santrapp (MDB) e Doutor Cirinho (PSB), pela Coligação Anarlândia para Todos; Odair Mistro com Giribi, ambos do PDT; o prefeito em exercício Rogerinho (presidente da Câmara) com Elaine Cabeleireira como vice, ambos do Republicanos; e Silvana Perin (Solidariedade) com Vrá Mascia (União Brasil), pela Coligação Anarlândia Feliz de Novo.

A diplomação do eleito ou eleita está marcada para o dia 10 de maio e a posse para o dia seguinte, 11 de maio. Quem vencer a eleição complementar governará até 31 de dezembro. No dia 1º de janeiro de 2025, toma posse o candidato ou candidata que se eleger nas eleições municipais de 6 de outubro, em que também serão escolhidos os vereadores e vereadoras da cidade.

A 245ª Zona Eleitoral — Rio Claro é a responsável pelas eleições de Anarlândia, que conta com um eleitorado composto por 4.552 pessoas. A eleição complementar terá apenas um turno, pois só há possibilidade de segundo turno em capitais e municípios com mais de 200 mil eleitores e eleitoras.

A votação será realizada das 8h às 17h. Há dois locais de votação na cidade, com 16 seções eleitorais.

Quem deixar de votar por não se encontrar em seu domicílio eleitoral poderá justificar a ausência, no mesmo dia e horário da votação, por meio do aplicativo e-Título. Poderá, ainda, apresentar justificativa por meio do aplicativo "e-Título", do ser-

viço disponível no site do TSE e de requerimento formulado perante a zona eleitoral até 6 de junho de 2024. Não haverá mesas receptoras de justificativa nos locais de votação.

CASSAÇÃO

Em 14 de dezembro de 2023, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinou a cassação do mandato e a inelegibilidade do prefeito Paulo Henrique Franceschini e seu vice Clodoaldo Guilherme, eleitos em 2020 pelo Republicanos e PSB, respectivamente. Também foi declarado inelegível Jairo Aparecido Mascia (eleito em 2016 pelo então PMDB, hoje MDB), que era prefeito na época da eleição e os apoiava.

Segundo decidido nos autos, o então prefeito do município e os candidatos que ele apoiava abusaram do poder político por causa da instalação, no dia da eleição, de barreiras físicas e sanitárias nas entradas da cidade, que dificultaram o exercício do voto de eleitores e eleitoras. Para a decisão, o TSE considerou a gravidade da conduta e a existência de provas robustas da intenção de impedir parte

do eleitorado de exercer o direito de votar.

"A mera instalação das barreiras físicas e sanitárias no dia das eleições, determinada por decreto municipal expedido pelo prefeito à época dos fatos, já caracteriza fator suficiente para demonstração da gravidade exigida para configuração do ato abusivo, pois a conduta do primeiro recorrido transbordou o uso das prerrogativas do seu cargo público, com desvio de finalidade em favor dos demais recorridos (eleitos aos cargos majoritários do município), violando, além dos direitos fundamentais do indivíduo de ir e vir da liberdade ao voto, a segurança do processo eleitoral", decidiu o TSE.

A ação de investigação judicial eleitoral (AIJE) foi proposta pelo Diretório Municipal do PSDB e por Silvana Perin, candidata ao cargo de prefeita no mesmo pleito e que era filiada ao partido (hoje no Solidariedade). A Corte Superior Eleitoral reformou, por unanimidade, a decisão do Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo de fevereiro de 2022 e julgou procedentes os pedidos da ação.

ELEIÇÕES 2024

Líder diz que PSDB entregará um partido vazio para Tabata

SAMUEL LIMA/AE

A insatisfação é visível quando o vereador Gilson Barreto, um dos fundadores do PSDB na década de 80, fala sobre o cenário político atual da sigla e a recusa da direção tucana em apoiar a reeleição de Ricardo Nunes (MDB) em 2024. Ele, que é líder da bancada tucana na Câmara Municipal de São Paulo e vice-presidente da comissão provisória que lidera o diretório municipal, anuncia oficialmente a desfiliação em plenário.

O partido, até então o maior da Câmara, ao lado do PT, com oito vereadores, agora se vê diante da possibilidade concreta de perder todos os seus representantes nesta janela partidária. A debandada ocorre até a próxima sexta-feira, data limite para estar filiado ao partido que representará nas urnas em outubro. A direção do partido minimiza o episódio, diz que a questão é "página virada" e que a decisão de não fechar com Nunes foi feita democraticamente, por 9 votos a 2, entre militantes históricos do PSDB que compõem o diretório municipal.

Em conversa com o Estadão em seu gabinete no Palácio An-

chieta, o vereador criticou abertamente a cúpula partidária e reclamou que as decisões são tomadas "de cima para baixo" em Brasília e no Rio Grande do Sul, uma referência a líderes no plano federal, como o governador gaúcho Eduardo Leite e o presidente da sigla, Marconi Perillo. Para ele, há uma "falta de compreensão" a respeito da continuidade da gestão Bruno Covas, prefeito tucano que faleceu em 2021, na cidade de São Paulo.

O empenho do PSDB estaria principalmente em apoiar a deputada Tabata Amaral (PSB), segundo observa pelas tratativas das semanas recentes, mas o endosso acabaria sendo feito apenas em termos de marca, e não no corpo a corpo com os eleitores paulistas. "Eles vão entregar a sigla, o PSDB, juridicamente, porque a militância, os adeptos, os filiados estão com o Ricardo Nunes", declara o parlamentar, falando em nome de uma suposta maioria nos 58 diretórios zonais da capital, berço político do partido.

Essa decisão, no entanto, ainda não foi tomada. Há dentro do partido quem defenda uma candidatura própria. Barreto alega, porém, que nunca

foram apresentados nomes concretos para a bancada nas reuniões, o que reforçaria o interesse em Tabata. Nesse caso, haveria o temor de que o apoio tucano acabasse revertendo, ainda que indiretamente, no segundo turno, ao deputado Guilherme Boulos (PSOL), em razão da proximidade entre o PSB e o PT no plano federal e da incredulidade nas chances eleitorais da deputada, que está em um distante terceiro lugar nas pesquisas neste momento.

Outra questão apontada publicamente pela direção nacional para rejeitar o atual prefeito é a aproximação dele com o ex-presidente Jair Bolsonaro. Nunes compareceu, por exemplo, a ato convocado pelo ex-presidente na Avenida Paulista em meio a investigações da Polícia Federal que o acusam de participar de uma trama de golpe de Estado antes e depois das eleições de 2022, vencidas pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva. Nesse caso, repete um argumento comum do prefeito - de que o candidato na cidade é ele, e não outro. "É importante para o Nunes ter o apoio, e acho que não é problema nenhum aceitar."

ROUBOS

Polícia fecha laboratório de desbloqueio de celulares

Os policiais civis da Central Especializada de Repressão a Crimes e Ocorrências Diversas (Cercro) da 1ª Seccional prenderam ontem três homens suspeitos de atuação em uma oficina especializada em desbloqueio de celulares roubados, no centro de São Paulo. Um dos detidos é, segundo a Polícia Civil, um dos principais autores de crimes como recepção e desmonte de celulares para extração de peças. A investigação começou há um mês. Ontem, foram cumpridos mandados de busca e apreensão expedidos pela Justiça. Em um dos locais, os agentes encontraram o laboratório usado para desbloqueio de celulares. Um suspeito foi detido. Foram apreendidos 60 celulares, 31 relógios digitais, dois tablets e um notebook. Diversos aparelhos já estavam com as telas desmontadas.



CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DA SÉRIE ÚNICA DA 9ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS DO AGRONEGÓCIO DAS CLASSES SÊNIO E SUBORDINADA DA 3ª (TERCEIRA) EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, LASTREADOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS DO AGRONEGÓCIO DEVIDOS POR ADAIR VENDRUSCOLO JÚNIOR

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª E DA 2ª SÉRIE DA 12ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 1ª SÉRIE DA 17ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

## COMISSÃO DE ANISTIA

# Indígenas obtêm reparação por violações da ditadura

WESLEY GALZO/AE

A Comissão de Anistia concedeu ontem, os primeiros pedidos de reparação coletiva da história do País. O colegiado analisou requerimentos apresentados pelos povos indígenas Krenak (do norte de Minas Gerais) e Guaraní Kaiowá (do Mato Grosso do Sul), que acusaram o Estado brasileiro de cometer diversas violações de direitos humanos durante a ditadura militar. A decisão foi aprovada por unanimidade pela comissão, um órgão colegiado do governo federal vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos.

A concessão de reparação coletiva foi possível graças a uma inovação regimental aprovada pela Comissão em março do ano passado. As indenizações por crimes e violações do Estado brasileiro no período ditatorial costumavam ser feitas apenas individualmente. A presidente da Comissão, Enea Stutz de Almeida, afirmou durante a sessão

que especialistas destacaram o quão importante seria não individualizar a reparação dos indígenas. "O que faz sentido para as comunidades é a reparação coletiva", disse.

A reparação coletiva não prevê ressarcimento econômico. O dispositivo concede anistia política e recomenda que outros órgãos públicos assegurem direitos a esses grupos violados. A medida também tem um caráter simbólico de pedido de desculpas.

No caso dos povos indígenas, por exemplo, foi apontada a necessidade de atenção especial a questões sanitárias e de saúde nas comunidades. Outra demanda apresentada foi para que ocorresse a demarcação dos territórios. O colegiado concordou em apresentar uma recomendação ao governo Lula para que as terras Krenak e Kaiowá sejam demarcadas.

Os indígenas das duas comunidades foram perseguidos pelo regime militar e foram forçados a deixar os seus territórios, entre

1946 e 1988. A ditadura construiu um reformatório no território Krenak, que, segundo especialistas do Ministério dos Direitos Humanos, se tornou um centro de detenção arbitrária para realizar o controle social desses indígenas. O povo também foi privado do exercício de seus ritos religiosos.

O relator do caso Krenak, Leonardo Kauer Zinn, afirmou que o requerimento apresentado pelos indígenas reuniu farta quantidade de provas que atestam que "houve forte intervenção governamental e empresarial nas terras indígenas, que resultou em mortes, violação à integridade física dos indígenas e profundas desintegração dos modos de vida, colocando em risco a sua existência enquanto povo".

"Os direitos indígenas foram desrespeitados, tanto em relação às suas terras quanto às suas liberdades. Os governos militares foram caracterizados pelos desrespeito às instituições indígenas e pela sis-

temática expulsão de seus territórios tradicionais", disse Zinn.

O pedido de reparação ao povo Krenak ficou parado na Comissão de Anistia durante os governos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) assumiu o Palácio do Planalto, o caso foi enfim pautado, mas foi indeferido, em 2022. Ele retornou à Comissão por meio de um recurso.

A Comissão ainda formalizou pedidos de desculpas às duas comunidades indígenas pelos crimes cometidos por autoridades do Estado brasileiro. "Eu quero, em nome do Brasil e do Estado brasileiro, pedir desculpas ao senhor. Que o senhor leve esse pedido de desculpas a todo o povo guarani Kaiowá. Em nome da Comissão de Anistia do Estado brasileiro, nós concordamos com todos os termos da proposta que o senhor e o povo trouxeram para a gente", disse Enea ao líder do povo Kaiowá, Tito.

## POLÍCIA E MP

# STF mantém decisão que autoriza Coaf a compartilhar dados

LAVÍNIA KAUCZ/AE

A 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) validou decisão que autorizou o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) a compartilhar relatórios de inteligência financeira com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público (MP) sem autorização judicial. O colegiado decidiu manter uma decisão proferida pelo ministro Cristiano Zanin, que cassou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que havia considerado ilegais relatórios de inteligência financeira do Coaf requisitados pela polícia.

"Esses relatórios do Coaf funcionam hoje como uma delação premiada. Eles indicam as provas, é um meio de obtenção de prova, não uma prova. Nós discutimos detalhadamente que tanto de ofício, quanto a pedido, pode fornecer esses dados", disse o ministro Alexandre de Moraes no julgamento.

O STF já decidiu em 2019 que o compartilhamento de dados pelo Coaf com a PF e

MP não configura quebra de sigilo. Desde então, contudo, havia uma dúvida sobre a abrangência da decisão e o tipo de relatório abarcado. Existem dois tipos: os espontâneos, quando o Coaf verifica se há informações suspeitas e repassa as informações às autoridades; e os relatórios de intercâmbio, quando a PF ou o MP abrem investigação e solicitam ao Coaf se há ou não relatório de inteligência sobre os investigados.

O STJ, na decisão cassada pelo Supremo a pedido do Ministério Público do Pará (MP-PA), havia entendido que a modalidade de intercâmbio era ilegal porque não teria sido contemplada na decisão do STF. Em 2023, o COAF informou que produziu 16.411 relatórios espontâneos e encaminhou 22.905 relatórios de intercâmbio às autoridades. A decisão tomada hoje pela 1ª Turma esclarece que ambas as modalidades são válidas, desde que estejam amparadas pelo devido processo legal.

## BOM FILHO

# José Dirceu volta ao Congresso 19 anos depois de ter sido cassado

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ex-deputado federal e ex-ministro da Casa Civil José Dirceu voltou ao Congresso Nacional pela primeira vez após ser cassado em 2005. Condenado pelo escândalo do mensalão e pela Operação Lava Jato, Dirceu participou de uma cerimônia especial do Senado em memória dos 60 anos do golpe de 1964 e defesa da democracia ontem.

No início do discurso no Senado, Dirceu declarou que quase não aceitou o convite feito pelo líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), por se lembrar do dia em que perdeu o cargo, há 19 anos.

No dia 1º de dezembro de 2005, ele teve o mandato cassado após ser apontado como o responsável por liderar o esquema de pagamento de propinas a

parlamentares, o mensalão. O dinheiro ilegal era pago para que os congressistas apoiassem projetos do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

"Quando eu recebi o convite do senador Randolfe, quase não aceitei porque, desde a madrugada de 1º de dezembro (de 2005), quando a Câmara dos Deputados cassou o meu mandato, que o povo de São Paulo tinha me dado

pela terceira vez, eu nunca mais voltei para o Congresso Nacional", afirmou Dirceu.

No discurso, Dirceu defendeu que o Legislativo deve discutir o papel das Forças Armadas e promover uma "democracia social" com redistribuição de renda. "É preciso continuar a luta democrática, e essa luta democrática significa que é preciso consolidar e aprofundar a nossa democracia", disse.

## MAIS PROFUNDIDADE

# Lula inaugura obra de dragagem de canal que ampliará porto de Niterói

GABRIEL VASCONCELOS/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem, que um ano e três meses é "muito pouco tempo" para o cumprimento de promessas feitas em campanha na seara econômica. Mas afirmou que não esqueceu de uma só palavra dita em campanha e fez longa defesa de investimentos na indústria naval e pesqueira a fim de gerar emprego e renda.

Lula discursou na tarde desta terça-feira, durante a inauguração das obras de dragagem do Canal de São Lourenço, no Porto de Niterói, cidade da região metropolitana do Rio de Janeiro. A intervenção vai aumentar a profundidade do canal de 7 metros para 11 metros, a um investimento de R\$ 157 milhões, permitindo a chegada de navios com calado maior, principalmente embarcações de serviço logístico da cadeia de óleo e gás. Do total, R\$ 137 milhões serão aportados pela Prefeitura de Niterói e outros R\$ 20 milhões pela Companhia Docas do Rio de Ja-

neiro, empresa pública ligada ao governo federal. "Um ano e três meses de governo é muito pouco ante o compromisso que assumi com o povo brasileiro. Lembro bem de cada palavra, de cada coisa que prometi na campanha", disse Lula.

No discurso, Lula prometeu "recuperar" a Petrobras e afirmou que vai reerguer a indústria naval pela segunda vez, à exemplo do que teria feito a partir do primeiro mandato, em 2003. Na semana passada, a Petrobras anunciou um pacote de licitações de barcos, englobando desde as já conhecidas encomendas de navios-plataforma, mas também barcos de apoio logístico e cabotagem.

"Tenham a certeza de que vamos recuperar a indústria naval brasileira. Não é possível que num país que faz 90% do seu comércio pelo mar, receba e exporte produtos com navios de bandeira estrangeira. Temos que voltar a financiar a indústria naval. Não existe possibilidade de recuperar o País se a economia não voltar a crescer.

## STF

# 'Totalmente descabido' poder moderador das Forças, vota Zanin; placar é de 7 a 0

GABRIEL DE SOUSA/AE

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Cristiano Zanin classificou como "totalmente descabida" a interpretação de que as Forças Armadas podem intervir como um "poder moderador" durante crises institucionais. Com o voto contrário de Zanin, o placar na Corte é de 7 a 0.

O voto de Zanin foi publicado ontem. O ministro pontuou que não se pode cogitar uma prevalência das Forças Armadas diante dos demais poderes constitucionais e ressaltou que a Constituição estabelece a subordinação das instituições militares ao presidente da República.

"Logo, revela-se totalmente descabido cogitar-se que as Forças Armadas teriam ascendência sobre os demais Poderes, uma

vez que estão subordinadas ao Chefe do Poder Executivo e devem atuar em defesa dos Poderes constitucionais - afastando-se de qualquer iniciativa de índole autoritária ou incompatível com a Lei Maior", afirmou Zanin.

A ação julgada pelo STF foi apresentada pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) em 2020. O partido questionou o Supremo sobre interpretações do artigo 142 da Constituição Federal, que trata das Forças Armadas. Bolsonaristas frequentemente utilizam o trecho para defender uma intervenção militar "dentro da legalidade".

Além de Zanin, votaram contra a ideia do "poder moderador" das Forças Armadas os ministros André Mendonça, Edson Fachin, Flávio Dino, Gilmar Mendes, Luís Roberto Barroso e

Luiz Fux. Ainda restam votar os ministros Alexandre de Moraes, Cármen Lúcia, Dias Toffoli e Kassio Nunes Marques.

O julgamento começou na última sexta-feira. O relator da ação, Luiz Fux, afirmou que a Constituição não encoraja ruptura democrática. O ministro também disse que a interpretação do artigo 142 da Constituição deve ser feita considerando todo o sistema legal brasileiro, especialmente no que diz respeito à separação dos Poderes. Fux também lembrou que as Forças Armadas não são um poder, mas sim uma instituição à disposição deles.

"Qualquer instituição que pretenda tomar o poder, seja qual for a intenção declarada, fora da democracia representativa ou mediante seu gradual

desfazimento interno, age contra o texto e o espírito da Constituição", disse o ministro em seu voto, acrescentando ser urgente "constranger interpretações perigosas que permitam a deturpação do texto constitucional e de seus pilares e ameacem o Estado Democrático de Direito", afirmou Fux.

Gilmar disse que via 'perplexidade' em necessidade de STF julgar 'poder moderador'

Na segunda-feira, o ministro Gilmar Mendes afirmou que via com "perplexidade" a necessidade do STF em "afastar certas pretensões que seriam consideradas esdrúxulas na vasta maioria das democracias constitucionais". Segundo o magistrado, o Supremo está reafirmando que a "Constituição não admite soluções de força".

## Nota

## CNJ FAZ ACORDO COM PROCURADORIA DA FAZENDA PARA EXTINGUIR 270 MIL PROCESSOS EM SP E BA

O Conselho Nacional de Justiça e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional assinaram uma portaria ontem, que pode levar à extinção de até 270 mil processos de execução fiscal em trâmite na Justiça de São Paulo e da Bahia. A partir de um cruzamento de informações entre os bancos de dados da Procuradoria e dos Tribunais serão identificados processos que já poderiam ter sido arquivados, uma vez que já não constam mais na dívida ativa. Somente com essa primeira previsão da portaria, o CNJ estima que ao menos 135 mil processos podem ser afetados no Tribunal de Justiça de São Paulo. Na Bahia, o impacto previsto pode alcançar 10 mil ações. O Conselho ainda aponta a possibilidade de outros tribunais de Justiça aderirem à normativa para facilitar a extinção de execuções da PGFN. O acordo permite que a Fazenda possa identificar execuções fiscais

de créditos que considere 'irrecuperáveis', desistindo da cobrança na Justiça. Assim, a dívida deixaria de ser cobrada judicialmente, mas não deixaria de existir. Assinam o pacto o presidente do Conselho Nacional de Justiça, ministro Luís Roberto Barroso, o advogado-geral da União, Jorge Messias, a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize Lenzi Ruas, e os presidentes dos Tribunais de Justiça de São Paulo e Bahia, respectivamente, desembargador Fernando Antonio Torres Garcia e desembargadora Cynthia Maria Pina Resende. A normativa versa sobre um conjunto específico de cobranças judiciais - aquelas que a Procuradoria da Fazenda Nacional ajuizou até 2014 em Tribunais estaduais. Até aquele ano, o órgão tinha competência para cobrar dívidas federais - Imposto de Renda, IPI, PIS/Cofins e multas federais - na Justiça local, caso o devedor tivesse domicílio em uma cidade que não contasse com vara federal. Em 2014 foi editada uma lei que estabeleceu que a PGFN só pode fazer cobranças perante a Justiça Federal.

